



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

149

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306889-1

APELANTE: WALDIR RUFINO

APELADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VAN GOGH

RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - CIVIL E PROCESSO CIVIL - COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS - I) PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA: REJEITADA À UNANIMIDADE. II) PRELIMINAR DE JULGAMENTO ULTRA PETITA: REJEITADA À UNANIMIDADE. MÉRITO: INADIMPLEMENTO DAS TAXAS CONDOMINIAIS CONFIGURADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - NÃO CABIMENTO *IN CASU*. NEGADO PROVIMENTO AO APELO PARA MANTER A SENTENÇA NA SUA ÍNTEGRA. DECISÃO UNÂNIME. A parte apelante não trouxe argumentos suficientes para que pudesse prosperar a preliminar de cerceamento de defesa, pois apenas alega que o juiz entendeu de forma diversa, fato este que não enseja cerceamento de defesa. De igual modo não merece guarida a preliminar que alega julgamento *ultra petita*, tendo em vista que parte do pedido (cobrança de taxas condomínias de um determinado período) foi extinto sem julgamento do mérito em face de já ter sido decidido na sentença do JEC. Por esta razão da extinção de parte do pedido e do julgamento procedente do restante do pedido não determina sucumbência recíproca. DECISÃO MANTIDA NA SUA ÍNTEGRA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR AS PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E JULGAMENTO ULTRA PETITA E NO MÉRITO **NEGAR PROVIMENTO AO APELO, para manter a decisão**, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

143

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306889-1
APELANTE: WALDIR RUFINO
APELADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VAN GOGH
RELATOR .: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível contra sentença de fls. 101/104, proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que nos autos da Ação Ordinária de Cobrança de Taxas Condominiais Julgou Procedente o pleito autoral, e condenou o demandado, ora apelante, ao pagamento da importância de R\$ 29.843,69 (vinte e nove mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), referente as taxas condominiais compreendidos entre o período de março de 2009 e de dezembro de 2009 a março de 2011, conforme planilha de fls. 34, bem como as parcelas vincendas até o trânsito em julgado.

Por fim, condenou o demandado nas custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Inconformado, com a decisão *a quo*, o demandado interpôs o presente recurso de apelação, e em suas razões de fls. 109/114, arguiu as seguintes PRELIMINARES: I) CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA; II) JULGAMENTO EXTRA PETITA e no mérito

mrn

pugna pela reforma da sentença para que sejam excluídas as parcelas vincendas e que seja invertido o ônus da sucumbência, ou alternativamente, que seja reconhecida a sucumbência recíproca.

Às fls.127/133, a parte adversa apresentou contrarrazões, rechaçando os argumentos do apelante e ao final pugna que seja negado provimento ao apelo e mantida a sentença em todos os seus termos.

É o breve relatório.

Recife, de de 2013


Des. Fernando Martins

Relator

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306889-1

APELANTE: WALDIR RUFINO

APELADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VAN GOGH

RELATOR: Des. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS

150

VOTO:

O presente caso versa sobre cobrança de taxas condominiais.

Tal débito é reconhecido pelo apelante, entretanto, pede reforma do decism a quo, sob os seguintes argumentos:

I) Preliminar de Cerceamento de Defesa: Tal preliminar não merece guarida, vez que a alegação do apelante ao fato de que o Juiz entendeu de forma diversa e, portanto cerceou o direito de defesa do recorrente.

Sendo assim, voto no sentido de rejeitar à presente preliminar, pois a mesma não merece guarida.

É COMO VOTO.

Des. Fernando Martins.

Recife, de de 2013.

II) Preliminar de Julgamento Ultra Petita:

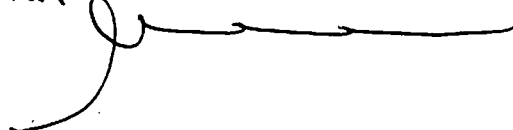
De igual modo não vejo como prosperar a presente preliminar, posto que o fato de o juiz ter condenado o apelante ao pagamento das parcelas vincendas até o trânsito em julgado da sentença, ora desafiada, não incorre em julgamento *ultra petita*. Ademais tal decisão teve como supedâneo o contido no art. 290 do Código de Ritos.

Sendo assim voto no sentido de rejeitar à presente preliminar.

É COMO VOTO.

Des. Fernando Martins.

Recife, 24 de Setembro de 2013.



MÉRITO: Quanto ao mérito não vislumbro razões para modificar o decisorio a quo, vez que não restam dúvidas quanto ao fato de o autor, ora apelante, ser devedor do débito requerido pelo condomínio apelado.

Ressalte-se ainda, que a condenação foi proferida com base na planilha apresentada às fls. 34, além de detalhado o período do débito, tendo sido excluídas as taxas constantes na referida planilha, que já foi incluída na sentença proferida pelo JEC, em respeito ao princípio da coisa julgada.

Quanto ao pedido do apelante de reforma da decisão, para que seja aplicada sucumbência recíproca, não vejo como proceder tal argumento, pois o pedido foi totalmente procedente, apenas excluindo as parcelas já decididas pelo JEC, em virtude do manto da coisa julgada.

Ressalte-se ainda, que o pedido referente a essas taxas condominiais já decididas pelo JEC, foi julgado extinto sem resolução do mérito (art, 267, V do CPC), como bem destacou o magistrado *a quo*.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, para manter a decisão *a quo* na sua íntegra.

É como voto.

Recife, ²⁴ de *dezembro* de 2013.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.